RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 18/08/2026 | aceito: 21/08/2026 | publicação: 24/08/2026

Hiato previdenciário e mercado de trabalho no Brasil após a EC 103/2019: evidências da PNAD Contínua e legitimação social da precarização

Pension gap and the labor market in Brazil after Constitutional Amendment No. 103/2019: evidence from the Continuous PNAD and social legitimation of precarization

Brecha previsional y mercado laboral en Brasil después de la Enmienda Constitucional n.º 103/2019: evidencias de la PNAD Continua y legitimación social de la precarización

André Luiz Rosado Ferreira - http://lattes.cnpq.br/1145392285438838
Amilton José Ornelas Júnior - http://lattes.cnpq.br/5527838547027887
Arlene dos Santos Carreiro - http://lattes.cnpq.br/2815381875145163
Eric Barbosa Behrens -
Fábio Roberto de Carvalho e Carvalho

Resumo:
Este artigo analisa os efeitos da Emenda Constitucional nº 103/2019 sobre a trajetória laboral no Brasil, com ênfase no conceito de "hiato previdenciário", definido como o intervalo entre o cumprimento do tempo de contribuição e o alcance da idade mínima de aposentadoria. Utilizando dados da PNAD Contínua (IBGE) e abordagem teórico-analítica, o estudo demonstra que a estrutura etária do mercado de trabalho brasileiro apresenta forte queda da empregabilidade após os 50 anos. Argumenta-se que esse descompasso entre exigência institucional e capacidade real de inserção produtiva gera aumento da informalidade e é socialmente legitimado por mecanismos simbólicos de naturalização da precarização.

Palavras-chave:
Previdência Social. Mercado de Trabalho. Informalidade. Envelhecimento. Economia Política.

Abstract:
This article analyzes the effects of Constitutional Amendment No. 103/2019 on labor trajectories in Brazil, focusing on the concept of the "pension gap", defined as the interval between completion of the required contribution period and attainment of the minimum retirement age. Using data from the Continuous PNAD (IBGE) and a theoretical-analytical approach, the study shows that the age structure of the Brazilian labor market displays a sharp decline in employability after age 50. It argues that this mismatch between institutional requirements and the actual capacity for productive inclusion increases informality and is socially legitimized through symbolic mechanisms that naturalize precarization.

Keywords:
Social Security. Labor Market. Informality. Aging. Political Economy.

Resumen:
Este artículo analiza los efectos de la Enmienda Constitucional n.º 103/2019 sobre la trayectoria laboral en Brasil, con énfasis en el concepto de "brecha previsional", definido como el intervalo entre el cumplimiento del tiempo de cotización y el alcance de la edad mínima de jubilación. Mediante datos de la PNAD Continua (IBGE) y un enfoque teórico-analítico, el estudio demuestra que la estructura etaria del mercado laboral brasileño presenta una fuerte caída de la empleabilidad después de los 50 años. Se sostiene que este desajuste entre la exigencia institucional y la capacidad real de inserción productiva genera un aumento de la informalidad y es legitimado socialmente por mecanismos simbólicos de naturalización de la precarización.

Palabras clave:
Seguridad Social. Mercado Laboral. Informalidad. Envejecimiento. Economía Política.

1. Introdução

A Emenda Constitucional nº 103/2019 introduziu uma mudança estrutural no sistema previdenciário brasileiro ao estabelecer idade mínima obrigatória para aposentadoria. A justificativa central foi a necessidade de ajuste fiscal diante do envelhecimento populacional e da deterioração da razão de dependência.

Entretanto, essa racionalidade pressupõe um mercado de trabalho capaz de absorver trabalhadores até idades mais avançadas, o que não corresponde à realidade brasileira, caracterizada por elevada informalidade e forte segmentação ocupacional.

Nesse contexto, surge um descompasso entre exigência institucional e capacidade real de inserção produtiva, denominado neste trabalho de hiato previdenciário.

2. Revisão de literatura

A literatura de economia do trabalho aponta que mercados com elevada informalidade tendem a apresentar segmentação ocupacional e etária. O acesso ao emprego formal é condicionado por fatores estruturais de demanda, e não apenas por qualificação individual.

No campo sociológico, Berger e Luckmann (1966) argumentam que a realidade social é construída institucionalmente e posteriormente naturalizada. Bourdieu (1998) complementa essa análise ao demonstrar que estruturas de dominação são reproduzidas por meio da violência simbólica, quando desigualdades são percebidas como naturais.

Na economia política, autores como Stiglitz (2012) destacam que a forma de apresentação do orçamento público influencia a percepção social sobre prioridades fiscais e legitima determinadas escolhas de política econômica.

3. Metodologia

O artigo adota abordagem qualitativa com base em análise descritiva de dados da PNAD Contínua (IBGE). O recorte empírico considera a distribuição da ocupação por faixa etária no Brasil, com foco na transição a partir dos 50 anos.

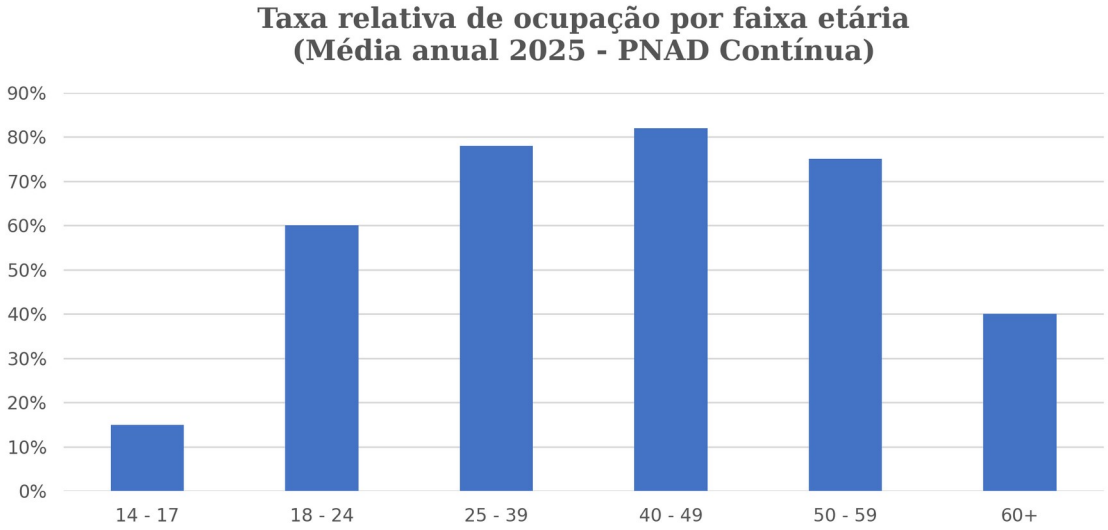
4. Resultados

4.1 Estrutura etária da ocupação no Brasil

Os dados da PNAD Contínua indicam um padrão consistente de concentração da ocupação nas faixas etárias intermediárias e redução progressiva após os 50 anos.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 18/08/2026 | aceito: 21/08/2026 | publicação: 24/08/2026

Figura 1 - Estrutura etária da ocupação no Brasil (PNAD Contínua)



Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Elaboração própria, mediante cálculo da média aritmética dos níveis de ocupação dos quatro trimestres de 2025.

4.2 Interpretação dos resultados

A Figura 1 evidencia uma distribuição etária assimétrica da ocupação no mercado de trabalho brasileiro. Observa-se crescimento progressivo da taxa de ocupação até a faixa de 25 a 49 anos, período em que se concentra o pico de inserção laboral. A partir dos 50 anos, verifica-se uma trajetória de declínio contínuo da ocupação, mais acentuada após os 60 anos.

Esse padrão indica que a estrutura ocupacional brasileira não apresenta uma dinâmica linear de permanência no mercado de trabalho ao longo do ciclo de vida, mas sim uma configuração marcada por forte concentração da empregabilidade na meia-idade ativa e redução estrutural da inserção nas idades mais avançadas.

Do ponto de vista econômico, a queda da ocupação após os 50 anos não pode ser explicada exclusivamente por decisões individuais de saída do mercado de trabalho. Ela é compatível com restrições estruturais de demanda por trabalho maduro, associadas à segmentação etária e à discriminação estatística.

Nesse contexto, a elevação da idade mínima de aposentadoria tende a ampliar o descompasso entre o desenho institucional da previdência e a capacidade efetiva de absorção do mercado de trabalho, reforçando empiricamente a hipótese do hiato previdenciário.

5. O hiato previdenciário

O hiato previdenciário é definido como o intervalo entre o cumprimento do tempo de contribuição e o alcance da idade mínima para aposentadoria.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 18/08/2026 | aceito: 21/08/2026 | publicação: 24/08/2026

Esse descompasso gera:

- permanência forçada no mercado de trabalho;
- aumento da informalidade;
- subutilização de capital humano experiente.

6. Informalidade e reconfiguração do trabalho

A exclusão do mercado formal não implica inatividade, mas deslocamento para formas precárias de ocupação, como trabalho por conta própria e plataformas digitais.

Esse movimento caracteriza uma autonomia por necessidade, marcada por instabilidade de renda e ausência de proteção social.

7. Discussão: economia política do ajuste fiscal

O debate público sobre contas públicas frequentemente enfatiza o gasto previdenciário como principal fonte de pressão fiscal.

Contudo, a estrutura orçamentária federal indica que o maior componente de despesa nominal do Estado brasileiro está associado ao serviço da dívida pública, especialmente ao pagamento de juros.

Esse ponto não invalida a relevância do equilíbrio previdenciário, mas evidencia que a forma de apresentação das contas públicas pode influenciar a percepção social sobre prioridades fiscais, ao concentrar atenção em determinados itens do orçamento em detrimento de outros.

Do ponto de vista da economia política, essa assimetria contribui para a construção de consensos em torno de reformas voltadas à contenção de gastos sociais, enquanto outras dimensões relevantes do orçamento permanecem menos visíveis no debate público.

8. Legitimação social da precarização

A persistência desse arranjo é explicada por mecanismos de legitimação simbólica.

Segundo Berger e Luckmann (1966), processos sociais são naturalizados ao longo do tempo. Bourdieu (1998) argumenta que essa naturalização ocorre por meio da violência simbólica, quando estruturas de dominação são percebidas como legítimas.

Nesse contexto, a precarização do trabalhador maduro é frequentemente reinterpretada como:

- adaptação ao mercado;
- empreendedorismo individual;
- responsabilidade pessoal.

9. Conclusão

A Reforma da Previdência de 2019 evidencia uma tensão estrutural entre sustentabilidade fiscal e funcionamento real do mercado de trabalho.

O hiato previdenciário revela um descompasso entre exigência institucional e capacidade de absorção laboral, especialmente após os 50 anos.

Esse fenômeno é reforçado não apenas por fatores econômicos, mas também por mecanismos de legitimação social que naturalizam a precarização.

Dessa forma, políticas previdenciárias devem ser analisadas como fenômenos simultaneamente econômicos, institucionais e simbólicos.

Referências

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 18 ago. 2026.

COSTA, Maria Adélia da. Políticas de formação docente para educação profissional: realidade ou utopia? Curitiba: Appris, 2016.

DE CARVALHO, R. L.; CABRAL, R. G.; ROSARIO FERRER, Y. Sistemas tutores inteligentes como recurso didático no ensino da matemática. HOLOS, [S. l.], v. 6, p. 1-11, 2019. DOI: 10.15628/holos.2019.7028. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7028. Acesso em: 04 jun. 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro: IBGE, [2º trimestre 2026]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html; https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_20. Acesso em: 19 ago. 2026.

ROSATELLI, M. C.; SELF, J. A. Supporting distance learning from case studies. In: LAJOIE, S. P.; VIVET, M. (ed.). Proceedings of the 9th International Conference on Artificial Intelligence in Education. p. 457-564, abr. 2000.

STIGLITZ, Joseph E. O preço da desigualdade: como a sociedade dividida de hoje põe em perigo o nosso futuro. Bertrand, 2012.